



**Campus Santana do Livramento
Graduação em Administração
Trabalho de Curso**

**A DIFERENCIAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E OS ACESSOS AOS
MERCADOS EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS: UM ESTUDO
DESENVOLVIDO COM AGRICULTORES FAMILIARES ASSENTADOS E
NÃO ASSENTADOS DO MUNICÍPIO.**

Carla Rissyane Pinto de Castro
Dr. Alessandra Troian

Resumo: No cenário atual a agricultura familiar vem ganhando representatividade e relevância. Nesse sentido, a presente pesquisa objetiva verificar os canais de comercialização dos agricultores assentados e não assentados do município de Santana do Livramento, e também a averiguação de uma possível disputa ou concorrência entre os dois grupos. Para tanto, foi utilizado o método descritivo, com uma abordagem qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados, roteiro de entrevista semiestruturados. Foram entrevistados seis agricultores familiares, sendo três assentados e os outros três agricultores familiares não assentados. Também foi realizada uma entrevista com um agente de desenvolvimento, técnico da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos em Áreas de Reforma Agrária (COPTec). Usaram-se ainda dados secundários obtidos na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e na Secretaria Municipal de Agricultura do município de Santana do Livramento. Os canais de comercialização dos dois grupos são distintos, sendo que da agricultura familiar assentada, seria a comercialização direta, realizada entre vizinhos, parentes, e clientes antigos, e os agricultores não assentados, relataram que a venda acontece em vários locais, como a Feira Municipal, comércios, mercados, creches e órgãos públicos, e que desta forma não existe uma concorrência entre ambos, já que apesar de mostrarem adversidades, não veem problema em cooperar entre si.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Assentamento; Mercados; Comercialização.

Abstract: In the current scenario, family farming has gained representativeness and relevance. In this sense, the present research aims to verify the marketing channels of settled and unsettled farmers of the municipality of Santana do Livramento, as well as the investigation of a possible dispute or competition between the two groups. For that, the descriptive method was used, with a qualitative approach, having as instrument of data collection, semi - structured interview script. Six family farmers were interviewed, three of whom were settled and the other three non-settled family farmers. An interview was also held with a development agent, technician from the Cooperative for the Provision of Technical Services in Areas of Agrarian Reform (COPTec). Secondary data obtained from the Technical Assistance and Rural Extension Company (EMATER) and the Municipal Department of Agriculture of the municipality of Santana do Livramento were also used. The marketing channels of the two groups are distinct, and from settled family farming, it would be direct marketing, carried out between neighbors, relatives, and old customers, and the unsettled farmers reported that the sale takes place in several places, such as Fair Municipal, commerce, day care centers and public agencies, and that in this way there is no competition between both, since although they show adversities, they see no problem in cooperating with each other.

Keywords: Family farming; Settlement; Markets; Commercialization.

Resumen: En el escenario actual la agricultura familiar viene ganando representatividad y relevancia. En este sentido, la presente investigación objetiva verificar los canales de comercialización de los agricultores asentados y no asentados del municipio de Santana do Livramento, y también la averiguación de una posible disputa o competencia entre los dos grupos. Para ello, se utilizó el método descriptivo, con un abordaje cualitativo, teniendo como instrumento de recolección de datos, guión de entrevista semiestructurados. Se entrevistaron a seis agricultores familiares, siendo tres asentados y los otros tres agricultores familiares no asentados. También se realizó una entrevista con un agente de desarrollo, técnico de la Cooperativa de Prestación de Servicios Técnicos en Áreas de Reforma Agraria (COPTec). Se utilizaron aún datos secundarios obtenidos en la Empresa de Asistencia Técnica y Extensión Rural (EMATER) y en la Secretaría Municipal de Agricultura del municipio de Santana do Livramento. Los canales de comercialización de los dos grupos son distintos, siendo que de la agricultura familiar asentada, sería la comercialización directa, realizada entre vecinos, parientes, y clientes antiguos, y los agricultores no asentados, relataron que la venta ocurre en varios lugares, como la Feria, Los municipios, comercios, mercados, guarderías y organismos públicos, y que de esta forma no existe una competencia entre ambos, ya que a pesar de mostrar adversidades, no ven problema en cooperar entre sí.

Palabras-clave: Agricultura familiar; Asentamiento; Mercados; Comercialización

1 INTRODUÇÃO

Conforme Schneider (2003) a necessidade de um termo do qual indicasse o que seria a “agricultura familiar” foi originada em meados da década de 1990, devido a expansão sobre o tema. Embora o termo agricultura familiar tenha surgido tardiamente, na década de 1990, historicamente ela se fez presente no meio rural, brasileiro e mundial.

Segundo Godoi, Menezes e Marin (2009) a agricultura antes de 1990 no Brasil era aludida de uma maneira totalmente contrária de como é vista atualmente, pois a mesma não era reconhecida e acabava por ser caracterizada como sendo um trabalho desenvolvido pelos camponeses dos quais realizavam práticas agrícolas com a intenção de uma subsistência sendo estes desprovidos de mecanismos de geração de renda.

Assim, encontrar um conceito para tratar de um assunto altamente amplo acaba se tornando complexo, tendo em vista a diversidade de noções usadas para definir e caracterizar a agricultura familiar. No entanto, acredita-se que a agricultura familiar se diverge devido a diferentes questões relacionadas entre si, como por exemplo, sua formação, sua contextualização, sua localização, sua percepção, sua remuneração, sua interação com o meio ambiente, entre tantos outros aspectos.

Portanto, percebe-se que a agricultura familiar representa uma forma de produção e trabalho que possui autonomia em suas decisões sobre onde alocar os fatores de produção, especialmente se confrontada com o contexto social e econômico em que está inserida (GAZOLLA, 2004). Evidenciando a luta dos agricultores familiares pelo reconhecimento da categoria, conforme Schneider (2003, p.99) “[...] assistiu-se a uma verdadeira efervescência desses movimentos, que produziram inclusive formas de manifestação política que perduram até hoje”.

Além do reconhecimento, o primeiro empasse ou barreira a ser enfrentada pela agricultura familiar é marcado pelas dificuldades no acesso ao crédito agrícola, a afirmação da classe e a queda dos preços para exportação. Já o segundo evento que influenciou diretamente a categoria dos agricultores está relacionada à legitimidade que o Estado concedeu ao criar então em 1996 o Pronaf Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), programa este que beneficiaria e apoiaria de forma sólida a institucionalidade dos pequenos produtores rurais. (SCHNEIDER, 2003)

Visivelmente percebe-se a mudança que vem acontecendo no decorrer dos anos, em particular nas relações de trabalho e nas sociais, então isso “[...] transforma as noções de urbano e rural em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente” (CARNEIRO, 1997, p. 11).

Neste sentido, tratando de rural e urbano, o Censo Agropecuário (IBGE, 2008) indicou que o Brasil possuía um total de 5.175.489 de estabelecimentos agropecuários dos quais 4.367.902 poderiam ser identificados como sendo propriedades familiares rurais. A agricultura familiar representa 84% do total de estabelecimentos agropecuários no Brasil, sendo considerada essa percentagem 80,3 milhões de hectares, e 24,3% da área total dos estabelecimentos nacionais.

A agricultura familiar é responsável por cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira e quase 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária nacional, além de apresentar-se como o segmento que mais cresceu durante a década de 1990, aproximadamente 3,8% ao ano num período que os preços caíram 4,7% ao ano (TOSCANO, 2003).

No que diz respeito à metade sul do Rio Grande do Sul, pode-se proferir que a região Oeste é composta por áreas rurais com uma diversa exploração de suas terras, sendo partes delas utilizadas para agricultura e pecuária familiar e outra parte para o desenvolvimento do agronegócio. Na região existem pequenos, médios e grandes estabelecimentos rurais. Ou seja, no meio rural local é possível perceber a existência de grandes propriedades, assim como a agricultura familiar (PEREIRA, 2014).

A partir da década de 1990 com a chegada de assentamentos na região foi então que pode se perceber a nova identidade da qual a região estava ganhando, tornando-se a mesma marcada por uma nova etapa que surgia para desenvolver e garantir uma nova concepção de agricultura familiar (TROIAN; BREITENBACH, 2016). A pecuária familiar sempre se fez presente na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul sendo considerada a principal atividade desenvolvida na região. No entanto, a agricultura familiar sempre esteve atrelada a mesma e acabou por ganhar notoriedade a partir dos anos de 1990 com a introdução dos assentamentos rurais da reforma agrícola e com as políticas públicas específicas para a categoria social.

Neste contexto, a presente pesquisa visa analisar a agricultura familiar de Santana do Livramento/RS tendo como questão norteadora: Qual é a dinâmica da agricultura familiar de Santana do Livramento? As oportunidades de acesso aos mercados são iguais entre os agricultores familiares assentados e os não assentados?

Assim sendo, apresentam-se os seguintes objetivos específicos: a) Caracterizar a agricultura familiar; b) Identificar os canais de comercialização dos agricultores familiares assentados e dos agricultores familiares não assentados; c) Verificar a existência (ou não) de disputas no acesso aos mercados entre agricultores familiares assentados e não assentados.

A importância do estudo está atrelada ao fato de que a agricultura familiar vem ganhando seu espaço nos debates acadêmicos e se tornando um assunto pertinente, porém ainda se sabe que faltam estudos e pesquisas que introduzam a temática, quebrando com o preconceito e o desconhecimento existente por trás da categoria social.

O estudo justifica-se ainda pela representatividade e relevância da agricultura familiar. De acordo com Tenório (2011), considerando os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) a agricultura familiar representa 80% do setor rural, e 40% da produção agrícola, e esta ligada a 40% dos alimentos inseridos na cesta básica distribuída pela mesma. Desta forma, nota-se a relevância do assunto, sabendo-se que nos últimos anos a geração de empregos na área rural e a produção de alimentos advindos da

agricultura familiar cresceram proporcionalmente, deixando claro o quanto tais questões afetam a sociedade, e o quanto tal assunto deverá ser tratado no âmbito acadêmico, sendo ele então um componente essencial da economia e do desenvolvimento do país.

O estudo justifica-se também pela curiosidade pessoal da autora, a qual possui contato com a agricultura familiar e também com o movimento social dos Sem Terras (MST). Assim surgiu o interesse em analisar a existência ou não de um preconceito em relação aos agricultores assentados. O convívio com a agricultura familiar gerou questionamentos acerca da concorrência e dos acessos nos mercados dos agricultores familiares.

Sendo assim, além da relevância do assunto e de tudo que nele estaria envolvido, percebe-se que tal estudo irá trazer respostas das quais irão ajudar o grupo social, e também irá ajudar a esclarecer e quebrar alguns prejulgamentos acerca da agricultura familiar, sobretudo em uma região em que há o predomínio do agronegócio e da produção de commodities, sabendo-se que os mesmos necessitam de um apoio acadêmico para se desenvolverem em algumas áreas em que ainda são considerados carentes.

2 AGRICULTURA FAMILIAR

No contexto do qual a pesquisa está inserida, a mesma visa compreender o quão necessário se torna investigar e observar sobre as reais definições e características do tema em questão, do qual trata da agricultura familiar. Sendo assim, será feita uma explanação sobre o assunto, uma conceituação e uma contextualização referente à agricultura familiar assentada e não assentada.

2.1 Agricultura Familiar: Definição e Caracterização

Definir um termo tão amplo, com diversos conceitos e especificidades se torna altamente complexo, tendo em vista que cada autor pressupõe e analisa a agricultura familiar de um aspecto ou visão diferente, fazendo assim com que a mesma seja reconhecida, porém muitas vezes delimitadas em certos pontos.

Lamarche (1997) relata exatamente sobre essa perspectiva do qual reconhece que, admitir do que se trata o termo agricultura familiar e o reconhecer suficientemente não permite de qualquer forma que seja dada uma definição exata sobre o termo, observando-se então que são necessárias delimitações devido aos vastos conceitos apontados.

Del Grossi e Da Silva (2006) entendem que a formação e a estrutura da família são os principais componentes que distinguem a mesma de se tornar assim uma agricultura familiar ou não, tendo em vista que muitas famílias que trabalham por conta própria ou até mesmo com apenas dois assalariados permanentes, agrícolas e pluriativas são consideradas familiares, diferentemente de como seria tratada a mesma se caso existissem três assalariados, pertencendo esta então a um grupo que não seria considerado como sendo uma agricultura familiar.

Recentemente a agricultura familiar começou a ser reconhecida como relata Brumer (2004), como sendo uma marca deixada pelas eras coloniais tanto da sociedade, quanto da economia e que assim desta forma, a mesma se dividia entre três grandes subdivisões que eram estas: as monoculturas de exportação, a escravatura e as grandes propriedades. Desta forma Wanderley (1999) considera que as particularidades existentes nos dias atuais na agricultura são reflexos impostos aos camponeses, quando os mesmos lutavam pelas suas terras, e que são reproduzidas até os dias atuais na sociedade.

Após perceber a heterogeneidade da qual faz com que a agricultura familiar seja compreendida de diversas formas, consegue observar-se também o porquê de existir tantos conceitos, levando em consideração que autores de distintas áreas estudam sobre o mesmo tema, sendo eles da Sociologia, da Ecologia, da Agronomia, da Economia, entre tantas outras.

Conforme Lamarche (1997) a forma social heterogênea cuja unidade de produção se diferencia pela sua diversidade e também pela capacidade do agricultor em se apropriar de meios de produção com o intuito de desenvolver, é o que conceitua e traz a base da agricultura familiar.

Baumel e Basso (2004) em seus estudos defendem a pluriatividade na busca do desenvolvimento rural. Desta forma, acredita-se que tal pluriatividade é estabelecida como sendo uma prática social decorrente esta da busca por formas alternativas para garantir uma ampliação na fonte de renda familiar.

No que diz respeito à multifuncionalidade da agricultura, Carneiro e Maluf (2003) apresenta como sendo um novo olhar sobre a agricultura familiar da qual permite analisar a interação entre as famílias rurais na dinâmica de reprodução social, considerando o modo de vida dos integrantes da família na sua integridade e não somente analisando os componentes econômicos.

Sobre as especificidades da agricultura familiar brasileira, pode-se citar sobre as mudanças ocorridas a partir da década de 1990, quando surgem políticas que apoiam as exportações fazendo então com que a produção seja aumentada, devido a tal estímulo, outra mudança esta relacionada à competitividade das agroindústrias e a reforma agrária, conforme (NUNES, 2007).

Observando todas as peculiaridades existentes na agricultura familiar, consegue-se perceber o quanto as mudanças de dinâmicas ligadas à produção fazem com que a mesma se torne cada vez mais receosa e cuidadosa, devendo estar então desta maneira sempre atenta às mudanças, as dificuldades, e as oportunidades existentes nos mercados a serem acessados. A falta de informação dos agricultores faz com que os mesmos percam diversas oportunidades de ingressarem no mercado de produtos agrícolas. Desta forma é necessário que as informações sejam buscadas no período de produção, e não somente depois, pois sendo assim, uma parte da sua produção acaba sendo desvalorizada e até mesmo acaba se perdendo pelo prazo de validade dos produtos em questão (MENDES e JUNIOR, 2007).

A agricultura familiar também é reconhecida como sendo diversa, pois a mesma tange no que diz respeito à subsistência familiar e também a produção de alimentos para uma possível comercialização. Sendo assim, a agricultura esta relacionada ao autoconsumo e ao mercado integrado. Conforme Abramovay (1992) quando a agricultura esta altamente integrada ao mercado, e é capaz de incorporar os principais avanços técnicos, respondendo então às políticas governamentais, a mesma não pode ser considerada uma agricultura camponesa nem de longe.

Já para Wanderley (1999) o campesinato faz parte da agricultura familiar, porem o mesmo não distingue múltiplas situações específicas que também formam um conceito geral para tal agricultura, podendo inclusive a mesma ser moderna ou não, já que esta inserida em um mercado altamente concorrente e moderno, porém usando de tecnologias muitas vezes ultrapassadas, dependendo da estrutura da família e também da força que precisará ser colocada para ser reconhecida no meio agrícola.

Verificam-se diferentes noções empregados para a agricultura familiar e as distintas linhas que os autores seguem para conceituá-la, abrangendo então vários aspectos, características e especificidades de cada agricultura. Outras conceituações

afirmam que a mesma possui sua identidade, devido as lutas, conquistas e legitimações em que o Estado a concedeu.

Segundo Schneider (2003, p. 100): “[...] a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)”. Deste modo percebe-se o quão importante foram às lutas e as políticas adotadas para que o termo “agricultura familiar” fosse aceito e considerado uma categoria forte e de valor.

Ainda conforme Schneider (2003) o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi desenvolvido como sendo uma resposta às pressões sindicais, e o mesmo foi criado com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias dos pequenos produtores, dos quais vinham sendo prejudicados devido às políticas públicas que ocorriam em 1980 e então não conseguiam manter-se na atividade devida tais impasses.

Começam então a serem desenvolvidas pesquisas, que indicavam que além do Estado a academia também reconheceu analiticamente e socialmente a agricultura familiar a partir de uma série de estudos realizados na área rural para uma definição do que se trataria mais tarde de agricultores familiares, aqueles dos quais desempenhavam atividades rurais objetivando o sustento da família, produzindo em suas terras com o auxílio de seus familiares (SCHNEIDER, 2003).

Sendo assim, a definição do termo utilizado nos dias atuais do qual trata da agricultura familiar, pode-se dizer que prowenho de uma luta constante e de intervenções do meio externo. Em vista disso consegue verificar-se a importância de cada ator envolvido cooperando, e ajudando na luta pelo reconhecimento de uma nova classe assim podendo ser mais bem observada na LEI Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, da qual estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Conforme decretada e sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Art. 4º A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios: descentralização, sustentabilidade ambiental, social e econômica, equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia, e participação dos agricultores na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Art. 5º Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas: crédito e fundo de aval, infraestrutura e serviços, assistência técnica e extensão rural, pesquisa, comercialização, seguro, habitação, legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária, cooperativismo e associativismo, educação capacitação e profissionalização, negócios e serviços rurais não agrícolas, agro industrialização.

Portanto, após esta breve discussão acerca da agricultura familiar, sendo exposta também sua Lei, o item a seguir também abordará tal agricultura, no entanto uma faceta da mesma, a agricultura familiar assentada.

2.2 A Agricultura Familiar Assentada

Existe uma carência no que diz respeito a estudos voltados a agricultura familiar assentada, tanto no que a mesma tange, quanto as suas definições e especificações. Segundo Medeiros e Leite (1999) os assentamentos emergiram de pressões sociais crescentemente organizadas e que já nos anos de 1970 possuíam um índice bastante numeroso de propriedades, dos quais posteriormente se tornaram demandantes de terra de amplas áreas rurais.

Ainda de acordo com os mesmos autores, ao avaliar por outros pontos de vista, e não somente os mais perceptíveis, evidenciam diferente desenvoltura por parte dos agricultores assentados, que por sua vez, por meio das atuações desempenhadas pelo Movimento dos Sem Terras, demonstram estarem mais estimulados e ambiciosos, rompendo assim, as fronteiras do campo produtivo, inserindo-se nas demais áreas da vida social, as quais ultrapassam as demarcações empíricas dos assentamentos.

Desta forma, se prevê o quão influencia na vida de cada agricultor tal concorrência, e a mesma se torna mais difícil ainda, quando no mesmo mercado, existem distintos grupos que realizam a mesma prática, porém de maneiras diferentes, e neste sentido, pode se citar o grupo dos movimentos sociais, especificadamente o Movimento dos Sem Terras.

Conforme Tsukamoto e Asari (2003), o Movimento dos Sem Terras (MST) teve sua fundação no Estado do Paraná nos anos de 1984, quando então alguns produtores rurais acabaram por perder suas terras devido a construções de usinas hidrelétricas, nesse momento os mesmos se uniram e começaram a entrar em conflito exigindo por terras para conseguirem trabalhar.

Para Navarro (2002) a história do movimento talvez seja uma das mais fascinantes se tratando de organização popular no Brasil, sabendo-se então que primordialmente o MST busca alterar os padrões seculares de propriedades de terra, se fazendo presente em um meio enraizado onde talvez nenhuma esfera social tenha conseguido adentrar.

Navarro (2002) acredita que devido à trajetória de batalhas e quebras de paradigmas, o Movimento dos Sem Terras é considerado e reconhecido de uma maneira errônea, pois devido as suas lutas pelas áreas, e por as conhecerem, e saberem então que muitas obtêm um solo mais infértil, e sendo assim a desapropriação se torna mais viável, e desta forma acabam entrando em confrontos com os grandes proprietários e donos de tais terras.

“Pois além da presença de grandes propriedades, resultado do processo de fusão provocado pela modernização conservadora, apresentam algumas áreas de solos menos férteis e preços mais baixos, o que tem viabilizado a desapropriação pelo INCRA para fins de assentamento” (TSAKUMOTO; ASARI 2003, p. 484).

O órgão intermediador quando acontecem ocupações, geralmente é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do qual tenta fazer negociações que beneficiem ambas as partes. No que tange ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o mesmo considera que existem três grandes subdivisões que classificam as modalidades da agricultura, da qual seria agricultura de transição, outra já consolidada e outra periférica (CORRÊA; SILVA 2005). Tal denominação foi dada, levando-se em consideração a renda de cada agricultor e também as tecnologias utilizadas pelos mesmos, os de transição seriam aqueles dos quais ainda não estão inseridos de maneira totalitária, do qual os autores tratam com a expressão “integrada”, os consolidados seriam aqueles mais capitalizados e que estariam integrados com tua totalidade, e a agricultura periférica trataria então daqueles produtores sem infraestrutura e sem condições viáveis para produção.

Embora existam diferentes tipos de terras, sabe-se que a mesma é o maior bem existente para os agricultores. Nesse sentido, Martins (1983) apud Tsukamoto e Asari (2003), afirma que a terra jamais poderá ser confundida com o capital, tendo em vista que a mesma se trata de um bem natural, que não pode ser reproduzida e nem criada pelo trabalho.

Sendo assim, percebe-se que os agricultores possuem o poder pleno de suas áreas, podendo então utilizar as mesmas da maneira em que acreditarem que seja melhor. Conforme Bauinain, Romeiro e Guanzioli (2002) a terra como reserva de valor, sempre foi um bem que marcou as características do campo brasileiro. Nesse contexto, os agricultores assentados mesmo não possuindo interesses em solos mais inférteis, lutam visando por tais conquistas, sabendo então que toda a terra será valorizada com o decorrer do tempo e que todo trabalho investido nas mesmas obterá seu retorno.

Segundo Brasil, 1990 apud Leite (1994 p.203), o INCRA relata que:

[...] a característica principal do programa de assentamento é a criação de novas pequenas propriedades em terras que, na maioria das vezes se encontram totalmente ociosas ou com baixa utilização na produção agrícola. O assentamento significa, portanto, a incorporação de novas terras ao processo produtivo do país, com a conseqüente criação de empregos, distribuição de renda, etc., beneficiando a camada de pequenos agricultores que formam a clientela típica da Reforma Agrária e do INCRA (apud TSUKAMOTO e ASARI, 2003, p. 485) .

Nesse contexto, percebe-se que tal instituição possui como dever principal organizar, e intermediar o processo de desapropriação das terras, fazendo desde modo com que os pequenos produtores sejam fortalecidos, e consigam então se desenvolverem nas terras disponibilizadas e distribuídas pelos mesmos, com o intuito de geração de renda, e desenvolvimento rural.

Segundo Alvez (2007), no que diz respeito á formação dos assentamentos no estado do Rio Grande do Sul, pode-se perceber que a região é composta por grandes propriedades, sendo elas divididas em plantações, reflorestamentos de eucalipto e criação extensiva de pecuária.

Conforme Troian e Breitenbach (2016) no que tange a Fronteira Oeste do Estado do Rio grande do Sul, o fechamento dos frigoríficos e o desenvolvimento de outras áreas do Estado fizeram com que a região Oeste enfrentasse então um retrocesso econômico e decadência social. Após acontecerem tais fatos, conforme Alvez et al., (2007), observa-se um novo cenário na Fronteira do estado do Rio Grande do Sul, do qual extingui as grandes propriedades e torna a agricultura diversificada. Sendo assim, os agricultores do

Movimento dos Sem Terras começaram a se fazer presente nos anos de 1990 na região, ganhando notoriedade, conquistando seu espaço, através de políticas e regulamentações que apoiavam sua agricultura e sua classe social.

2.3 Mercados: Formas de Acessos da Agricultura Familiar

Todo local do qual possui agentes econômicos interessados em comprar ou vender produtos, é considerado um mercado, levando em consideração a troca existente de ambos os lados seja por um valor monetário ou por um bem.

Conforme Wilkinson (2008), na década de 1990 ocorreram profundas mudanças na regulação, na organização e também nas formas de acesso aos mercados agrícolas tradicionais, pois o Estado interviu no mesmo e modificou a dinâmica existente, criando desta forma um novo conceito sobre mercado, do qual deixava o mesmo sendo um ambiente concorrencial, com mudanças em suas estruturas internas, valorizando e aproveitando espaços de terras dos quais não eram utilizados nem considerados proveitosos para tais produtores.

Uma definição ampla de mercado é: “grupo de compradores e vendedores que têm potencial para negociar uns com os outros” (HALL; LIEBERMAN, 2003, p. 56). Ainda assim existem alguns autores que defendem o conceito de mercado, apenas levando em consideração a visão do consumidor, deste modo “[...] mercado corresponde à demanda por um grupo de produtos substitutos próximos entre si” (KUPFER; HASENCLEVER, 2002, p. 35). Desta forma percebe-se o quão importante é o papel do comprador e do vendedor no mercado e como as suas escolhas fazem com que a economia seja alterada, muitas vezes se adequando a sua real necessidade.

Após essa nova dinâmica da qual conceituava e mudava as estruturas do que era considerado um mercado, os agricultores observaram que tais mudanças afetariam os seus acessos, e que desta forma eles também teriam que se adequar para não perderem seus espaços. “As novas exigências destes mercados em termos tecnológicos e mais ainda mercadológicos representam barreiras para os agricultores tradicionais” (WILKINSON, 2008, p. 15). Tecnologias também foram adotadas e inseridas no novo contexto, visando melhorias e maiores oportunidades, nem sempre compreendidas de tal maneira, sendo considerado muitas vezes um entrave para os agricultores.

Para Wilkinson (2008) os novos mercados com maiores nichos e também uma maior abrangência, ofereciam oportunidades de pequenos agricultores entrarem no novo cenário.

Waquil; Miele e Schultz (2010) classificaram as atividades econômicas na sociedade como sendo uma especialização de troca, devido à permutação tanto na sociedade quanto nas organizações em geral, sendo assim, vendedores e compradores acabam se especializando em certas áreas, funções ou produtos para que se tornem então uma rede de comercialização da qual visa um bem comum para todos os envolvidos.

No que diz respeito às formas de acesso aos mercados, pode-se perceber que algumas conclusões são tiradas após a nova conceituação do tema. Conforme Wilkinson (2008) é possível identificar no mínimo quatro formas de acesso a mercados relacionado à agricultura familiar, entre elas estão, o acesso direto, intermediação via atravessador, integração com a agricultura e também as compras por parte do poder público.

Dentre tais modelos de acessibilidade se consegue perceber alguns entraves que vêm ganhando notoriedade e fazendo assim com que exista uma maior restrição dos produtores a tal acesso aos mercados. As novas possibilidades de inserção da agricultura familiar nos mercados agroalimentares com base em estratégias autônomas requerem uma ótica de “construção de mercados” adequada à realidade dos agentes econômicos de

pequeno porte (MALUF; WILKINSON, 1999).

Caumo e Staduto (2014) apresentam em seus estudos, oportunidades de mercados voltados à agricultura familiar. Nesse contexto, da para citar os programas governamentais de apoio à comercialização dos produtos dessas unidades, programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), também se podem citar as feiras municipais organizadas pelos agricultores, com parcerias externas e as cooperativas.

Após perceber as várias mudanças na dinâmica dos mercados, suas novas bases internas, as formas de comercialização e também o novo conceito dado para tal temática, deve-se salientar também sobre as estruturas de mercado. Em uma primeira abordagem sobre as estruturas de mercado, denominada essa como sendo a neoclássica, pode-se classificar os mercados pelo número de firmas e pelo grau de heterogeneidade dos produtos (HALL; LIEBERMAN, 2003).

Conforme Hall e Lieberman (2003) quando existem muitos vendedores e compradores têm-se então o que se chamaria de concorrência perfeita, quando existem muitos compradores e poucos vendedores chama-se oligopólio e quando existe apenas um comprador e um vendedor, têm-se então o que se conhece como monopólio. Essas então seriam as estruturas mais conhecidas no que esta relacionado à estrutura de mercados em função do número de vendedores e de compradores.

Nesse contexto pode-se perceber a importância da qual a estrutura de mercado possui para determinar então a lucratividade da qual as empresas irão atingir. Depois dessa percepção sobre as estruturas de mercado e de dificuldades em que as empresas enfrentam para se manterem inseridas e competitivas, adequando tais observações para o que diz respeito e está ligada a agricultura familiar, percebe-se que existem entraves que dificultam de maneira mais rígida ainda esses produtores Waquil; Miele e Schultz (2010).

Devido a tais obstáculos atenta-se para um modelo de desenvolvimento da agricultura familiar do qual consiga produzir uma mercadoria de qualidade e padronizada, com características específicas e compatíveis as exigências impostas pelos compradores.

Segundo Ferreira e Cruz (2013) a produção de alimentos agrícolas serve para abastecer o mercado interno, nutrindo e cuidando da saúde alimentar dos brasileiros. Caumo e Staduto (2014, p. 03) frisam que “o rural brasileiro é muito mais amplo e diversificado do que a atividade agrícola tradicional”. Sendo assim, consegue-se perceber a grande diversidade de produtos agrícolas desenvolvida por tal agricultura, se tornando então esta uma qualidade e um diferencial.

Carneiro e Maluf (2003) destaca que a valorização dos produtos com atributos diferenciados de qualidade cria novas oportunidades de mercado, muitas das quais acessíveis aos agricultores de pequeno e médio porte. Assim, ocupar um papel na sociedade da qual a cada dia exige mais dos produtores, faz com que os mesmos não consigam muitas vezes acompanhar tal evolução, se tornando assim difícil possuir um reconhecimento visível o que faz então com que muitos se desestimulem, perdendo não somente a força de trabalho, como também oportunidades de crescerem, por não conseguirem se tornar agricultores diferenciados do qual é exigido pela coletividade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Gil (2010), define método como o caminho a ser seguido para se atingir um objetivo. Já Marconi e Lakatos (2003) definem método como sendo um conjunto de

atividades sistemáticas e racionais que com maior segurança e economia, permitem alcançar o objetivo principal.

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva. Devido aos seus objetivos ela tem a finalidade de descrever o fenômeno e caracterizar determinada população ou amostra estabelecendo relações entre tais (GIL, 2010).

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa, de forma que os dados foram coletados por meio de um roteiro de entrevista semiestruturada, que segundo Yin (2005) é uma das mais importantes fontes de investigação, que segue uma linha de pesquisa de forma espontânea e não tendenciosa.

Manzini (2003) relata que um roteiro de entrevista semiestruturada se trata de um conjunto de perguntas, com o intuito de se averiguar mais, e se obter informações relevantes e também básicas sobre o tema em questão, ou seja, o tema a ser investigado.

Na coleta de dados foram realizadas entrevistas face a face junto com os agricultores familiares assentados e não assentados, a partir de um roteiro previamente elaborado com perguntas semiestruturadas, que segundo Triviños (2008) contempla questões relacionadas à coleta de dados pessoais, familiares e sociais, assim como também a comercialização da produção.

O método empregado foi um estudo de caso de uma pequena amostragem não probabilística e intencional de agricultores. Para a seleção dos entrevistados foram feitos alguns contatos com pessoas que pudessem fazer indicações sobre os entrevistados, dos quais preenchessem todas as características e estivessem inseridos nos mercados do município, comercializando e desenvolvendo da agricultura familiar.

Foram entrevistados seis agricultores familiares do município de Santana do Livramento, sendo que entre tais famílias, três fazem parte da agricultura familiar assentada e outras três da agricultura familiar não assentada da região da Faxina, do Assentamento Fidel Castro, sendo que as entrevistas tiveram uma média de quarenta minutos, realizadas no dia dezesseis de maio do corrente ano.

Sendo assim, apropriado à complexidade existente em encontrar uma população específica de agricultores assentados e não assentados no município de Santana do Livramento, a amostra se tornou possível devido à colaboração de cada participante da pesquisa. Ressalta-se ainda que a população existente de agricultores no município é grande e dispersa, pois no que a mesma tange, acredita-se que a logística dos entrevistados faz com que a pesquisa acabe se tornando mais complexa.

Buscaram-se também informações secundárias e entre agentes locais de desenvolvimento que auxiliam em assunto relacionados ao desenvolvimento do município no que diz respeito ao meio rural, tais dados foram buscados diante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), também na Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos em Áreas de Reforma Agrária (COPTec) e também na Secretaria Municipal de Agricultura do município de Santana do Livramento.

Para a coleta das informações referentes à agricultura assentada do município, foi realizada uma entrevista, com o agente de desenvolvimento sendo esta composta por um roteiro semiestruturado, abrangendo questões ligadas ao serviço prestado pela Cooperativa, também ao número de assentamentos e assentados, os requisitos exigidos pelo serviço para a manutenção do vínculo com os agricultores assentados, entre outras questões relacionadas a produtividade, a comercialização, a cooperação e ao desenvolvimentos dos mesmos.

Os agricultores assentados, os mesmos foram entrevistados em suas propriedades, sendo elas afastadas do perímetro urbano, estando em torno de 35 quilômetros do perímetro urbano de Santana do Livramento. As entrevistas foram realizadas conforme indicação de outros agricultores assentados, geralmente vizinhos ou conhecidos. Em

relação às entrevistas realizadas com os agricultores não assentados, duas delas foram realizadas na residência do agricultor, e a outra na Feira Municipal¹, e a escolha dos entrevistados se deu através de uma indicação.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, com média de duração em torno de vinte minutos cada uma, realizada entre os agricultores não assentados, sendo que as entrevistas realizadas na área rural com os agricultores assentados tiveram uma média maior, tendo estas uma média de quarenta minutos, devido a entrevista possuírem um caráter mais informal, e os agricultores possuírem a intenção de mostrar todas as áreas da propriedade.

Para a análise dos resultados, foram comparadas as respostas dos dois grupos, e feitas relações com as questões em que o trabalho se propôs a responder, conforme perguntadas ligadas a produção, a comercialização e a existência ou não de uma disputa entre os agricultores familiares assentados e não assentados.

Esta pesquisa pode ser identificada como exploratório-descritiva, sendo que os dados coletados foram analisados qualitativamente. O fato de se optar pela pesquisa exploratório-descritiva recai no fato de que para Gil (2012, p. 27) a pesquisa exploratória possui “como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Já a pesquisa descritiva, segundo Gil (2012), caracteriza-se por descrever as características de determinada população ou fenômeno. Tal tipo de pesquisa pode ser identificado por utilizar técnicas padronizadas que permitem identificar características de um grupo.

Nas respostas apresentadas a nomenclatura utilizada para apresentar os entrevistados foi definida através das letras iniciais dos nomes de cada agricultor (a). Desta forma, a agricultura familiar assentada é representada pelos agricultores de iniciais (G, W e M), e os três agricultores não assentados pelas letras (B, L e A).

4 A AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTANA DO LIVRAMENTO

A agricultura familiar tanto no que tange ao Brasil, como na região onde Santana do Livramento está localizada vem sendo praticada antes mesmo de ser denominada com tal nomenclatura, devido ser tratada com diversas conceituações que não a especificavam e não a diferenciava das demais, desta forma a mesma acabava por ser confundida. Conforme Troian e Breitenbach (2016) se prevê que tal agricultura foi reconhecida tardiamente no que diz respeito ao Brasil, tendo em vista que em países europeus ela era tratada e aludida como sendo um fator importante para o desenvolvimento econômico do país.

No que diz respeito à Fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul, especificamente a cidade de Santana do Livramento, segundo Neske e Becker (2015), o município é reconhecido pela produção de pecuária extensiva, porém se tem evidências que a agricultura familiar existe na região desde meados de 1800, onde pequenos produtores rurais se dedicavam a tais práticas, mesmo possuindo um índice baixo no que esta relacionado a estrutura agrária local, porém é a partir dos anos de 1990 que grupos oriundos da reforma agrária se estabelecem no município e começam desta forma a desenvolver a agricultura, e dão início assim a uma nova visão de reterritorialização em Santana do Livramento.

¹ Feira Municipal: É o termo utilizado pelos agricultores entrevistados para identificar a feira realizada na Praça General Osório semanalmente.

Desta forma, consegue -se perceber que a agricultura familiar ganha destaque no decorrer dos anos, e sendo assim nota-se que a mesma se faz presente na Fronteira Oeste desde os anos 1990, quando passa a ser reconhecida e assim acaba se tornando relevante (TROIAN; BREITENBACH, 2016).

Conforme IBGE (2015) apud NESKE e BECKER (2015), o município de Santana do Livramento é considerado o segundo maior em extensão territorial no estado do Rio Grande do Sul, possuindo uma área de 617 mil hectares, sendo que existem estabelecimentos com áreas acima de 500 hectares, e que estes então representam 74% da área total agrícola. Essa concentração de território faz com que o município possua uma forte presença de propriedades familiares (NESKE; BECKER, 2015).

Segundo relatório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural 81% dos estabelecimentos agropecuários do município são de origem familiar, sendo que 1332 são assentados da reforma agrária, 35 são quilombolas, 673 pecuaristas e 100 agricultores familiares (EMATER, 2013 apud NESKE e BECKER, 2015).

Em relatos feitos na entrevista pelo agente de desenvolvimento e colaborador da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos em Áreas de Reforma Agrária (COPTec):

“Santana do Livramento possui atualmente um número de 1000 famílias assentadas, das quais estariam divididas entre 30 assentamentos em várias áreas do distrito, sendo consideradas 950 famílias regulares, do qual se trataria de famílias que mantêm uma regulamentação e prestam mensalmente com dados para manter o vínculo com a Cooperativa, que possui como papel norteador, auxiliar os agricultores assentados, contornando problemas sociais, adaptando-os ao meio em que estão inseridos e fornecendo meios viáveis para que os mesmos consigam produzir em suas áreas” (Agente de desenvolvimento/ técnico da COPTec).

Ainda de acordo com as informações fornecidas pelo técnico que atua na Cooperativa, a comercialização dos agricultores assentados, possui uma forte união para se desenvolverem, assim:

“[...] estima-se que 80% estão cooperando entre si, e desta forma produzem em torno de R\$ 7.000,00 a R\$ 8.000,00 por mês, o que consolida a classe e faz assim com que a Cooperativa consiga buscar por linhas produtivas que beneficiem o grupo. Outro dado apresentado pela COPTec foi em relação a quantidade de hectares que é cedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para cada produtor. Os mesmos recebem em torno de 30 hectares por família aqui no município de Santana do Livramento, e essa quantia varia de acordo com a região em que as terras estão alocadas, no que se refere ao número de pessoas da família a quantidade da área é indiferente, possuindo um critério único de desapropriação e divisão das terras” (Agente de desenvolvimento/ técnico da COPTec).

Neste sentido, observa-se que a agricultura ainda vem sendo expandida e ganha seu espaço no decorrer dos anos, no que tange ao Brasil, ao estado do Rio Grande do Sul e ao município de Santana do Livramento, pois consegue se perceber que os dados são de bastante relevância e mostram assim, conforme a Cooperativa COPTec que cerca de 15% do município desenvolve da agricultura familiar, relacionado aos assentados.

Sendo assim, percebe-se que embora exista uma grande expansão do assunto e também uma nova percepção de agricultura familiar no município, existem várias barreiras a serem quebradas, e também paradigmas para que a agricultura se torne mais praticada, com maiores proporções e também para que seja considerada um fator de aumento de economia, geração de renda e desenvolvimento da cidade, tendo em vista que possui tais condições.

5 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM OS AGRICULTORES

Foram entrevistados seis agricultores familiares no município de Santana do Livramento, sendo que entre eles três fazem parte da agricultura familiar assentada (G,W e M), e os outros três fazem parte da agricultura familiar não assentada (B, L e A), e a partir de um roteiro de entrevistas foi possível identificar algumas características e aspectos que definem os mesmos.

A faixa etária dos agricultores entrevistados possui uma variação considerável, sendo que o mais novo possui 24 anos e o mais velho 62 anos, entre tais, três são do sexo feminino, e três do masculino, estando subdivididos duas mulheres para a agricultura familiar assentada, e uma para a não assentada, e dois homens para a agricultura não assentada e um para a assentada.

Quadro 01 – Perfil dos Agricultores entrevistados

	IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE	ÁREA DE TERRA (ha)
NÃO ASSENTADO	47 ANOS	MASCULINO	4º SÉRIE	2
	37 ANOS	FEMININO	6º SÉRIE	8
	55 ANOS	MASCULINO	8º SÉRIE	12
ASSENTADO	62 ANOS	FEMININO	2º SÉRIE	26
	36 ANOS	FEMININO	7º SÉRIE	28
	24 ANOS	MASCULINO	3º SÉRIE	28

Fonte: elaborado pela autora.

Os agricultores foram questionados também em relação a sua escolaridade, sua área total do estabelecimento, quantas pessoas residiam e quantas dependiam da renda provinda da agricultura, a distância da propriedade em relação ao município, a quantia de tempo em que os mesmos desenvolviam de atividades agrícolas, e o seu tempo de moradia na área em que estavam inseridos.

De acordo com a escolaridade dos agricultores observa-se que todos os entrevistados, independente de ser assentado ou não, possuem o primeiro grau incompleto, sendo que alguns estudaram até a segunda série do ensino fundamental, e outros até a oitava. Conforme Hoffmann e Ney (2004, p.57):

“Esse baixo nível de escolaridade da grande maioria das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas é, sem dúvida, um enorme obstáculo para o aumento da produtividade do trabalho, do crescimento dos salários e da renda no campo, contribuindo para a permanência dos graves e persistentes problemas da pobreza rural e da disparidade de renda entre o setor primário e os setores secundário e terciário”.

Outro aspecto detectável esta relacionado à quantia de hectares de cada grupo, sendo que a dos assentados possui uma área relativamente bem maior que a do grupo de agricultores não assentados, no que tange aos assentados os mesmos possuem entre 28 e 26 hectares, e entre os não assentados essa variação de hectares pode-se perceber que é bem maior, chegando ela a estar entre 14 e 2 hectares de terra.

Relativo ao numero de moradores de cada propriedade, foi possível perceber que não existe uma grande disparidade entre os diferentes grupos, pois todos os entrevistados possuem de dois a quatro moradores na residência, sendo que na agricultura praticada pelos assentados, observa-se que a renda é apenas complementada pela atividade

agrícola, diferentemente da agricultura desenvolvida pelos não assentados, dos quais afirmaram que dependem de tais práticas, e que não possuem outras fontes de renda, ou seja, relataram que trabalhavam de forma profissional, tendo em vista a importância do trabalho, já que os mesmos dependem da produção e comercialização daquilo que os mantém, no caso a agricultura.

Desta forma, um agricultor não assentado entrevistado, identificado como L, por exemplo, afirmou que:

“Aqui na nossa propriedade tudo é para vender, aqui somos profissionais, produzimos muito e distribuímos para vários locais da cidade, esse é nosso negócio, esse é o nosso sustento, essa é a nossa forma de viver dignamente” (L/agricultor familiar não assentado).

No que tange a localização de cada estabelecimento, consegue-se verificar que os agricultores assentados possuem algumas dificuldades, ou seja, maiores desafios, no caso de logística, para o transporte dos produtos agrícolas, também os custos se tornam maiores, e muitas vezes inviáveis, pois os três entrevistados, as propriedades possuíam de 35 a 47 quilômetros até o centro da cidade de Santana do Livramento, já em consideração os agricultores não assentados, possuem áreas que ficam em média de 12 a 15 quilômetros do perímetro urbano, sendo ainda que o agricultor “L” possui uma propriedade na área urbana, diferenciando-se ainda mais por tal aspecto.

Outra particularidade apresentada foi pertinente ao tempo em que os agricultores estavam alocados em suas áreas, e também à quantidade de tempo em que eles desenvolviam atividades agrícolas. Os agricultores assentados relataram que ganharam suas terras entre 5 a 20 anos, se estabelecendo assim uma relação também com a prática da agricultura, pois dependendo da quantidade de tempo em que estão estabilizados, é a quantidade de tempo em que eles desenvolvem tais práticas, por exemplo, o agricultor assentado do qual possui a sua área a 5 anos, ainda não encontrou meios viáveis, nem formas para desenvolver a agricultura e fazer com que a mesma seja sua única fonte de renda, já a agricultora assentada que está consolidada e possui sua terra a 20 anos, afirma que grande parte de sua renda é composta pela sua produção agrícola.

Neste sentido, a resposta dos agricultores assentados vem ao encontro ao que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) prevê que existem três grandes subdivisões que classificam a agricultura, que seria a de transição, a já consolidada e a periférica, conforme (CORRÊA; SILVA 2005).

Já no que se refere aos agricultores não assentados, percebe-se que a agricultura sempre se fez presente na vida de todos, e desta maneira eles desenvolvem da mesma desde a sua juventude, com seus familiares. Por tanto, após a análise desses dados, pode-se obter uma base do perfil dos entrevistados, assim como também se percebe outras características que auxiliam a compreensão das perspectivas e adversidades encontradas pelos dois grupos de agricultores da pesquisa, conforme suas respostas.

5.2 Análise vinculada a produção

Foram realizados questionamentos para os seis agricultores em relação à produção dos mesmos. Desta forma, pode-se perceber a diversidade da qual existe, e como eles conseguem lidar com tal “oportunidade” fazendo assim com que sejam incorporadas cada vez mais práticas, com a finalidade de um aumento de renda familiar. E cabe salientar que no que diz respeito à diversificação da produção, tanto a agricultura assentada,

quando a não assentada, possui perspectivas de aumento de renda, e para isso não mede esforços para alcançar o proposto, assim como relatou a agricultora não assentada A, por exemplo:

“Na parte da agroindústria, eu produzo: doce de leite, ambrosia e rapadura de leite. Na parte da agricultura, hortaliças, e hortifrutis, de várias qualidades, por exemplo, couve, alface, tudo depende da época e das safras. Vamos plantando o que está dando, e sabemos que dá pra se vender fácil” (A/agricultor familiar não assentado).

Desta forma, observa-se um novo cenário no que tange a Fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul, pois as grandes propriedades se tornam extinguidas e ocorre então uma diversificação na agricultura, conforme (ALVEZ et al., 2007).

Quadro 02 – Produções e suas divisões na agricultura familiar de Santana do Livramento/RS

	Agricultor	Produção total	Comercialização	Autoconsumo
NÃO ASSENTADO	B	Alface, Couve, Tempero verde, Espinafre, Rúcula	Dois terços da produção	Um terço da produção
	L	Hortaliças, Legumes, Frutos	Toda a produção	-
	A	Doce de leite, ambrosia, rapadura, couve, alface, beterraba, batata-doce	Dois terços da produção	Um terço da produção
ASSENTADO	G	Hortaliças, Legumes e Raízes	Dois terços da produção	Um terço da produção
	W	Mel, Leite, Hortaliças	Mel e leite (todo para comercialização), Hortaliças um terço para comercialização	Dois terços da produção das hortaliças
	M	Hortaliças, Legumes e Ovos	Dois terços da produção	Um terço da produção

Fonte: elaborado pela autora.

Além do mais, foi comentado pela totalidade dos entrevistados que embora eles comercializem a produção, sendo que os assentados reconhecem que seu sustento não vem exclusivamente da agricultura, e os agricultores não assentados utilizem da prática como a única fonte de renda familiar, eles afirmam que uma pequena percentagem é utilizada para o consumo.

Neste sentido, conforme Gazolla e Schneider (2013) eles relatam sobre o papel do autoconsumo das “famílias”, das quais consomem de suas produções, para que não seja necessário então uma compra em mercados, garantindo assim uma melhor nutrição, e

também uma segurança alimentar, já que se têm a certeza sobre todos os alimentos consumidos.

Outra questão apresentada pelos agricultores foi sobre a extensão de terra que eles utilizam para a plantação, que no caso dos assentados e também dos não assentados não teve uma variação, sendo utilizados de meio até no máximo dois hectares de terra. Para Del Grossi e Da Silva (2006) a grande distinção que difere a agricultura de ser familiar ou não, esta relacionada á formação e a estrutura dos que desempenham o trabalho agrícola, sendo que para isso, seria necessário que no máximo dois componentes da família possuíssem um salário fixo, tendo em vista que quando passa desse número, a agricultura já seria considerada de uma forma diferente, não sendo familiar.

Assim, Schneider (2003) possui outra forma de conceitualizar a agricultura familiar, pois o mesmo acredita que quando se desempenham atividades rurais, objetivando o sustento familiar, com o auxílio dos componentes de tal estrutura, a agricultura já é considerada familiar.

Deste modo, os agricultores não assentados relataram que todo seu sustento provem da agricultura, sendo que duas famílias não possuem uma estimativa do ganho mensal, se chegaria a ser dois salários² ou mais, e a terceira família afirmou que consegue pagar dois salários fixos, e o restante utiliza pra comprar maquinários, investir na produção, e guarda um restante para gastos futuros, já os agricultores assentados, possuem outras fontes de rendas, e desta forma não existe um valor estimado que fosse advindo da produção agrícola, porem se percebe que das duas maneiras a agricultura familiar existe, seja ela estabelecida pelo salário dos indivíduos ou pelo trabalho desenvolvido pelos integrantes da família dentro da propriedade.

Outro aspecto que não teve variação esta relacionado à quantia de pessoas que desenvolvem da agricultura, como afirma o entrevistado não assentado L:

“Todo trabalho é da família, não contrato ninguém, somente o maquinário, que geralmente é da prefeitura. O restante do trabalho é todo desenvolvido pela família, com a ajuda dos filhos e da esposa, que não possui um dever estabelecido, porém sempre se faz presente, nos auxiliando e ajudando nem que seja atando os talos de verduras, e organizando as caixas para a comercialização”
(L/agricultor familiar não assentado).

Desta forma, pode-se observar que todos envolvidos e ligados á produção agrícola familiar, seja a família assentada ou não, possui um número de duas a quatro pessoas, e nenhum dos entrevistados afirmou que contrata serviços de terceiros, toda a produção é familiar, e a única contratação estaria relacionada ao maquinário, que todos contratam quando necessitam dos serviços.

5.3 Análise vinculada a comercialização

Cabe salientar que a pesquisa foi elaborada com uma pequena amostra de produtores, sendo assim, não se pode generalizar o comportamento dos dois grupos em relação ao restante da população dos produtores familiares do município.

Quadro 3 – Comercialização em Santana do Livramento/RS

² Valor do Salário Mínimo Nacional: R\$ 937,00.

	Identificação	Canal de Comercialização
Não Assentado	B	Feira Municipal.
	L	Feira Municipal, Mercados, Comércios, Residências, Escolas, Creches.
	A	Feira Municipal.
Assentado	G	Vizinhos, Familiares, Policiais.
	W	Colegas da Associação ASA, Vizinhos.
	M	Vizinhos.

Fonte: elaborado pela autora.

Quando questionados sobre suas produções, e o canal do qual fazem parte, os dois grupos relataram diferentes canais, sendo que os agricultores assentados comentaram que vendem seus produtos de forma direta, para vizinhos, amigos, colegas de profissão e familiares. Já os agricultores não assentados, concordaram entre si, e afirmaram que o canal mais acessível para os mesmos, se trataria da Feira Municipal da qual estava ganhando espaço, e os tornava assim mais visíveis, além da feira, comentaram também sobre entregar os produtos em mercados, comércios e residências das quais fazem parte de uma clientela antiga, e esporadicamente os mesmos faziam parcerias também com o poder público e desta maneira conseguiam expandir suas vendas e fornecer algumas produções para escolas, creches, entre outras instituições de tal meio.

Tais afirmações sobre os mercados e as formas de acesso em Santana do Livramento, estão de acordo com o que o Wilkinson (2008) define, que conforme as formas de acesso são possíveis identificar que existem quatro formas, no que se relaciona a agricultura familiar, sendo a venda direta, a intermediação via atravessador, a integração com a agricultura e também as compras por parte do poder público.

Os dois grupos também mencionaram que estavam satisfeitos com o canal em que estavam inseridos, porém, o grupo dos agricultores assentados relatou que possui uma perspectiva de aumento de produção, mas que alguns empecilhos dificultavam com que a produção dos mesmos aumentassem, o maior de todos eles estaria ligado a logística em que os assentamentos estão alocados, possuindo em média de trinta e cinco a quarenta e sete quilômetros do perímetro urbano, e desta forma, como relata a entrevistada assentada G:

“Não existe uma dificuldade pra vender, porém existem coisas que atrapalham às vezes, por exemplo, a distância até a cidade é uma delas, porque a verdura pra vender é mais complicada, por ser longe da cidade, não compensa daí tem que levar mais coisa que dure bastante tempo, porque a alface mesmo, se caso levar daqui que fica trinta e cinco quilômetros até Livramento, ela já chega lá murcha, e vender produto assim não vale a pena” (G/agricultor familiar assentado).

Conforme Carneiro e Maluf (2003) o mesmo identifica que a valorização dos produtos só é dada, devido a atributos relacionados à sua qualidade, sendo assim, outros mercados e clientes acabam sendo conquistados e incluídos nessa relação. Verifica-se então, que devido à dificuldade em trazer os produtos frescos para o município, os agricultores assentados possuem razão no que observam, e desta forma, percebe-se o quão inviável torna tal processo.

Assim como relatam Waquil, Miele e Schultz (2010) tais dificuldades acabam se tornando entraves e fazem com que esses agricultores, neste caso os assentados, tornem-se excluídos dos demais, e a desmotivação seria o maior causador da pouca produção, e também do pouco desenvolvimento dos mesmos em relação às práticas agrícolas.

Já os agricultores familiares não assentados, não comentaram sobre nenhuma dificuldade em vender a produção, e se posicionaram de maneira bastante satisfatória

sobre os mercados, os acessos, a comercialização, ao preço do qual vendem os produtos, e também as novas políticas e oportunidades que vêm sendo criadas para que os pequenos agricultores consigam crescer cada vez mais, e se desenvolverem no município, conforme entrevistada não assentada A relata:

“Olha, eu vendo bem aqui na praça, nos dias da feira, super bem mesmo, poderia vender e produzir mais, porem falta mão de obra, por exemplo, pras rapaduras que precisam de um cuidado a mais, porque tem que estar mexendo sempre, e no caso eu sendo sozinha não tem como fazer mais, mas eu gostaria de vender para mais mercados, armazéns, e em outros lugares, pra que tivesse mais renda. Mas o restante dos produtos da agricultura, tudo que eu consigo trazer, eu acabo vendendo, estou satisfeita com o valor pago pelos clientes, e acho que a prefeitura esta tentando expandir nossos negócios, e isso nos ajuda, e nos torna mais fortes, daí a gente se motiva de plantar mais, e produzir mais também, porque sabe que vai ter um lucro bom, e uma renda maior” (A/agricultor familiar não assentado).

Sendo assim, tal relato esta de acordo com o que Wilkinson (2008) constou que os novos mercados e as novas abrangências, com novos nichos, fortaleciam a agricultura e fazia com que o cenário em que os produtores estão inseridos acabasse se modificando, e tornassem assim uma oportunidade para todos, tanto para os que já estão consolidados se estabilizarem mais, quanto para os novos agricultores entrarem no mercado.

Os agricultores entrevistados também foram questionados em relação a Cooperativas, e Associações que tivessem como objetivo de ajuda-lós, e também divulgá-los frente á sociedade, e os dois grupos afirmaram que fazem parte de algum tipo, no caso dos agricultores não assentados, dois deles relataram que participam da Associação de Produtores de Hortifruiti de Santana do Livramento, e o outro comentou que não fazia mais parte da Associação, devido á mesma não colaborar com tudo que ela se propunha. Já os agricultores familiares assentados, dois deles não participam de nenhuma Cooperativa ou Associação, por não acreditarem que exista uma vantagem em participar das mesmas, e outro agricultor assentado comentou que além da Coperforte (Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira-Oeste Ltda), ele também fazia parte da ASA (Associação Santanense de Apicultores), e que para ele as duas eram de extrema importância e o auxiliavam na comercialização, assim como afirma o agricultor familiar assentado W:

“Aqui nós trabalhamos num grupo familiar, entre várias famílias que se ajudam, e revendemos para a ASA que seria a Associação de Apicultores, que nos paga direitinho e nos ajuda a vender, até porque ela exporta o nosso mel, e nos divulga, e nós também fizemos parte da Coperforte” (W/agricultor familiar assentado).

Neste sentido percebe-se que há uma pouca divulgação e também um pouco interesse dos agricultores em se tornarem associados das Cooperativas, e também das Associações do município, pois tanto para os agricultores familiares assentados e não assentados, se teve uma concordância, já que eles comentaram que fazem parte, porém não é algo influenciador na vida dos mesmos, e que às vezes se torna irrelevante e indiferente para o desenvolvimento, e o crescimento de ambas as classes e grupos, tendo em vista que apenas um dos seis entrevistados se mostrou a favor, e satisfeito com o papel da Associação e Cooperativa.

5.4 Analise referente à concorrência

Referente a disputas, concorrência e cooperativismo entre os agricultores assentados e não assentados, os entrevistados relataram que são unidos com outros agricultores porem todos da mesma classe, ou seja, os agricultores assentados possuem uma relação com outros também assentados, da mesma forma que acontece com os agricultores não assentados, como pode se perceber na entrevista comentada pela agricultura assentada G:

“Nós somos unidos, embora cada um vende suas mercadorias, aqui no assentamento, por exemplo, a gente se une e leva as coisas pra vender pros vizinhos e pra outros familiares, a gente se ajuda sempre que pode, e sempre tá dando a mão pro outro quando se passa por dificuldades, agora com os outros agricultores não assentados, a gente não tem muita relação, até porque eles moram longe, não temos nada contra, é mais pela questão de não conviver com eles mesmo” (G/agricultor familiar assentado).

Os agricultores não assentados não fizeram relatos muito divergentes, assim como se pode verificar na afirmação do entrevistado não assentado L:

“[...] não existe muita cooperação entre os assentados e não assentados, o que existe é entre as classes de agricultores, no caso, cada um tem a sua produção e vende da forma que acreditar ser melhor, e os assentados não trazem muitos produtos porque a gente sabe que é difícil pra eles concorrerem com a gente, que já está vendendo a muitos anos, tanto pra população em geral, quanto na feira. Acho que existe mercado pra todos, e só saber trabalhar e daí tentar adquirir o seu espaço, independente de ser colono ou não” (L/agricultor familiar não assentado).

Outro ponto do que foi bastante relevante e também citado por todos os agricultores não assentados, esta de acordo com o que Medeiros e Leite (1999) se referem que os assentamentos estão crescendo e ganhando seus espaços no decorrer dos anos. Sendo assim o índice dos agricultores assentados esta aumentando, conseqüentemente eles poderão concorrer com os demais agricultores, porem todos os entrevistados não assentados acreditam que essa concorrência e disputa ainda esta longe de se tornar algo ruim que cause um desconforto, ou uma afronta ao tipo de agricultura exercida por tais, como comenta a agricultora não assentada A:

“A gente sente que eles estão começando a produzir mais, e que estão querendo investir talvez na produção agrícola, mas não é algo que nos dê medo ou qualquer coisa parecida, eles também têm o direito de trabalharem e ganham as terras pra isso, então não vejo problema, até porque se faltar uma produção da gente, eles ainda poderão nos auxiliar, e embora sejam de uma agricultura diferente, seguem sendo agricultores, e preferimos que eles nos apoiem, do que a gente acabe perdendo o espaço para a CEASA, que atrapalha bastante nossas vendas, e faz com que nosso preço muitas vezes se torne bem mais baixo do que o normal, e o esperado” (A/agricultor familiar não assentado).

Nesse contexto, nota-se que o preconceito advindo da sociedade é bem maior do que o existente entre os agricultores, sendo que os mesmos não veem problema em se relacionar entre si, e preferem até mesmo uma concorrência entre as agriculturas assentadas e não assentadas, do que com órgãos maiores e dos quais desvalorizam a produção Santanense.

Desse modo, conforme relata Irion (1997) tal cooperação traria soluções que colaborariam e tornariam o ambiente da agricultura familiar propicio a um maior crescimento, tanto para as famílias assentadas, quanto as não assentadas, podendo-se

transformar então em uma possível concorrência em novas oportunidades de trabalho por meio do cooperativismo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar desenvolvida no município de Santana do Livramento vem se tornando cada vez mais relevante, e assim acaba acompanhando o crescimento que vem ocorrendo no que tange ao Estado, também ao País.

Tal relevância se observa também quando se trata da agricultura familiar assentada, pois nota-se que com o decorrer dos anos, as práticas agrícolas acabam sendo incorporadas na vida dos agricultores assentados, e os mesmos percebem o quão produzir é importante, e até mesmo se sustentar das produções realizadas nas suas terras acaba se tornando um ponto positivo, pois além de uma forma de geração de renda, a mesma também serve para o consumo, melhorando desta forma a qualidade de vida das famílias.

No que esta relacionado aos objetivos propostos na pesquisa, no que se refere à identificação dos canais de comercialização dos agricultores familiares assentados e não assentados do município, foi possível identificar que existem canais diferentes para as duas agriculturas.

Os agricultores assentados partilham da mesma ideia de que a forma mais acessível para realizar suas vendas está ligada a forma direta, seja ela então, para vizinhos, familiares, e clientes antigos que conhecem seus produtos e desta forma buscam com mais frequência os produtos.

Já levando em consideração o mesmo aspecto para a agricultura não assentada, pode-se perceber que os canais são mais amplos e mais sólidos, se tornando assim mais fácil para a realização da comercialização. Na pesquisa realizada, a resposta dos agricultores se repetiu nos três casos, sendo que o canal de comercialização mais utilizado é a Feira Municipal, pois a mesma é de fácil acesso, esta bastante consolidada no mercado da agricultura e possui bastante visibilidade entre a sociedade em geral. Outros pontos que foram citados nas entrevistas, diz respeito às vendas realizadas com a integração da agricultura, vendas para o poder público e outros locais, como mercados, comércios, outras feiras, e até mesmo também a venda direta, realizada de casa em casa.

Em relação aos produtos agrícolas, os dois grupos estudados possuem basicamente a mesma produção, no que se refere às hortaliças das quais são plantadas, e comercializadas por todas as famílias entrevistadas, diferentemente do que acontece com alguns legumes e tubérculos.

Os agricultores assentados relataram que devido algumas dificuldades, como a logística, os custos inviabilizam a produção, o que se percebe que diverge com a opinião e a produção dos agricultores não assentados, dos quais não relataram entraves nem dificuldades, tanto para a produção quando para a comercialização dos produtos citados.

Os mesmos desenvolvem da agricultura familiar em áreas próximas ao perímetro urbano, o que facilita em termos de logística e de ganhos na produção, tendo em vista que os custos se tornam menores.

Tratando-se de objetivo específico que buscou verificar a existência ou não de disputas no acesso aos mercados entre os agricultores pesquisados, pode-se perceber que não há uma concorrência entre os agricultores assentados e não assentados, pois os mesmos se relacionam entre si de forma harmoniosa.

Embora tenham relatado que não exista um cooperativismo devido a pouca comunicação, e relação existente entre os dois grupos, devido a muitos assentados possuírem suas propriedades distantes das famílias não assentadas, o que ocorre devido

ao processo de alocação e distribuição das terras realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Assim sendo, constata-se que do ponto de vista dos agricultores, os mesmos, sendo assentados ou não, compactuam da ideia de que não ocorre uma discriminação entre os grupos, pois todos retrataram que embora utilizem técnicas diferentes, e até mesmo um modo divergente de pensar, eles afirmam que são uma única classe de agricultores e que a existência de um preconceito seria advinda apenas da sociedade na distinção de tais.

Outro aspecto que pôde ser observado foi relacionado às Cooperativas e Associações do município, pois tanto os agricultores assentados, quanto os não assentados, não reconhecem que as mesmas possuem papéis norteadores, com a finalidade de divulgar, apoiar e incentivar o desenvolvimento de Santana do Livramento, tendo em vista que embora alguns agricultores façam parte de alguma Associação ou Cooperativa, eles as veem de uma forma indiferente, não correspondendo então a todos os propósitos que elas se despõem.

Neste sentido, percebe-se uma carência de políticas que viabilizem um maior estímulo da produção dos agricultores familiares assentados, e também nota-se o quão importante se faz a existência de Cooperativas ou Associações que disseminem o desenvolvimento do grupo, sendo que todos fizeram menções acerca das mesmas dificuldades. Assim sendo, seria útil que tais políticas fossem desenvolvidas e aplicadas de forma eficiente, para que então ocorra uma paridade entre os agricultores assentados e não assentados, visto que estes possuem uma maior diversificação de produtos comercializados.

Como oportunidade para uma futura elaboração de pesquisa nesta área, recomenda-se que se faça uma ampliação do número de respondentes, para que assim seja avaliado sob uma ótica mais ampla os resultados já apurados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992, 275 p.

ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009.

ALVEZ, F. D., SILVEIRA, V. C. P. , FERREIRA, E. R. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.2, n. 4 p. 82-97, ago. 2007.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. B. *Snowball* (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: **Anais... X Congresso Nacional de Educação**. PUCPR: Curitiba, 07 a 10 de novembro de 2011.

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: **CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício;**

FÁVARO, Jorge Luiz (Org.) Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar. Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura. **Revista Estudos Feministas, Florianópolis: V. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr.2004.**

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar Ribeiro; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XL, jul. 2002, Passo Fundo. **Anais ... Brasília: SOBER, 2002. 1 CD-ROM.**

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio. **Para além da Produção: multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro : MAUAD, 2003.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos - Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, N o 8, p. 70-81, abr. 1997.**

CAUMO, Alessandra Juliana; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. Produção orgânica: uma alternativa na agricultura familiar. **Revista Capital Científico - Eletrônica, v. 12, n. 2, p. 45-64, 2014.**

CORRÊA, Vanessa Petrelli; SILVA, Fernanda Faria. Análise das liberações recentes de recursos do PRONAF—uma mudança na lógica de distribuição. **Congresso da Sociedade Brasileira De Economia E Sociologia Rural.** Vol. 43. 2005.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; DA SILVA, José Graziano. Movimento Recente da Agricultura Familiar. **XLIV Congresso da SOBER. Anais...** Fortaleza, 2006

FERREIRA, Nilson Zacarias. Barnabé.; CRUZ, José Cláudio de Freitas. Mercado Institucional como fortalecedor da agricultura familiar e promotor da segurança alimentar e nutricional. **Revista Capital Científico - Eletrônica, v. 11, n. 2, p. 155-168, 2013.**

GAZOLLA, Marcio. Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. **Dissertação de Mestrado.** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre, 2004.

GAZOLLA, Marcio e SCHNEIDER, Sérgio. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba – SP, v. 51, p. 45-68, 2013.**

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5^a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. – 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Rosa Acevedo. Apresentação da coleção história social do campesinato brasileiro. In: GODOI, E. P. (Org.). **Diversidade do campesinato: estratégias de reprodução social.** Brasília: Ed. da UNESP, 2009. p.23-36.

HALL, Robert Ernest; LIEBERMAN, Max. **Microeconomia**: princípios e aplicações. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. Desigualdade, Escolaridade e Rendimentos na Agricultura, Indústria e Serviços, De 1992 A 2002. **Economia e Sociedade, Campinas**, v. 13, n. 2 (23), p. 51-79, jul./dez. 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário. Brasil, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default2.php>>. Acesso em: 15/05/2017.

IRION, João Eduardo. **Cooperativismo e economia social**. Editora STS Publicações e Serviços, 1997.

KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia (Org.). **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LAMARCHE, Eughes. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1997. 2.ed.

MALUF, R.; WILKINSON, J. **Projeto “Ações de suporte ao Pronaf- -agroindústria na área de informações e gerenciamento de mercado”**: relatório parcial. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1999.

MANZINI, E.J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada**. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina:eduel, 2003. p.11-25.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de Medeiros; LEITE, Sérgio. (Org). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: EdUFRGS/CPDA, 1999.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; JÚNIOR, João Batista Padilha. **Agronegócio**: uma abordagem econômica. Pearson Prentice Hall, 2007.

NAVARRO, Zander. **“Mobilização sem emancipação” — as lutas sociais dos sem-terra no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NESKE, Márcio; BECKER, Cláudio. Brasil: a emergência da diferenciação agroalimentar no Pampa Gaúcho: reconectando agricultores e consumidores. **Grupo de Estudos e Pesquisas Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**: Porto Alegre: UFRGS 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/agriculturafamiliar/index.php?formulario=noticias&metodo=0&id=54>> Acesso em: 15/05/2017.

NUNES, Sidemar Presotto. **O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a idéia de Desenvolvimento Rural**. Boletim do DESER, nº 157, Curitiba, março de

2007. Disponível em: < <http://www.deser.org.br/documentos/imagem/Pronaf.pdf>>
Acesso em: 22/03/2017.

PEREIRA, Viviane Camejo. Elementos para pensar a contribuição do Desenvolvimento Rural para a conservação do Bioma Pampa. **Mundo Agrário**, v. 15, n. 28, p. 1-26, abr. 2014.

PLANALTO, **Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acessado em: 03/02/2017.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003.

TENÓRIO, Roberto. **Agricultura - Do subsídio à política agrícola**. IPEA. São Paulo: 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2599:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 19/10/2016.

TOSCANO, Luiz Fernando. **Agricultura familiar e seu grande desafio**. Diário de Votuporanga, Ano 50, nº 12.769, 2003. Disponível em: <<http://www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm>>. Acesso em: 19/10/2016.

TRIVIÑOS, Augusto, Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. – 17. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. A Agricultura Familiar na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul: Estratégias e Formas de Reprodução Social. In: 54 CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2016. **Anais: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Maceió/AL

TSUKAMOTO, Ruth Youko; ASARI, Alice Yatiyo. **Assentamentos rurais e agricultura familiar: processo de territorialização e perspectivas de auto sustentação**. Geografia, Londrina, v.12, n.1, p.483-494, jan./jun. 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2.ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WAQUIL, Paulo Dabdab.; MIELE Marcelo; SCHULTZ, Glauco. **Mercados e Comercialização de Produtos Agrícolas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

WILKINSON, Jonh. **Mercados, Redes e Valores**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2008.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Apêndice I - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS AGRICULTORES

1- PERFIL PESSOAL E SOCIOECONÔMICO

- Nome:
- Idade:
- Escolaridade:
- Área total da propriedade:
- Quantos residem: Quantos dependem da renda da agricultura:
- Distância do perímetro urbano:
- Quanto tempo mora na propriedade e desenvolve a agricultura?

2- ANÁLISE VINCULADA A PRODUÇÃO

- O que produz? O que é utilizado para venda? E para o consumo?
- Quantos hectares são utilizados para a produção agrícola?
- A mão de obra é da família, ou é contratada?
- Quantidade de pessoas envolvidas com as atividades agrícolas?
- Possui outras fontes de renda além das atividades agrícolas? Quais?

3- ANÁLISE RELACIONADA À COMERCIALIZAÇÃO

- Onde e para quem vende a produção?
- Está satisfeito com o canal do qual esta inserido? Por quê?
- Quais as principais dificuldades para vender a produção?
- Quais os principais entraves no mercado acessado?
- Está satisfeito com o preço recebido pela venda dos seus produtos?
- Participa de alguma cooperativa ou associação que auxilie na comercialização dos produtos?

4- ANÁLISE REFERENTE À CONCORRÊNCIA/DISPUTA

- Existe um cooperativismo entre os agricultores?
- Percebe algum desconforto ou alguma disputa na comercialização do que produz diante dos demais agricultores? Assentados e não assentados?

Apêndice II - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O AGENTE DE DESENVOLVIMENTO DA COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA (COPTEC)

- Número de Assentamentos em Santana do Livramento?
- Numero de famílias assentadas?
- Total de pessoas nos assentamentos?
- Qual é o serviço prestado pela Cooperativa?
- Com que frequência a Cooperativa faz análises sobre o perfil dos assentados?
- Existe uma estimativa de ganho de cada família, ou assentamento em geral?
- Independe do valor arrecadado por família para ser favorecido dos serviços da Cooperativa?
- O que é mais produzido no município no que esta relacionado aos agricultores assentados?
- Existem restrições que excluam os assentados de fazerem parte de Cooperativa?
- Qual é a estimativa de área apropriada por agricultores assentados aqui em Santana do Livramento?